

Pequena Central
Hidroelétrica Rio do
Braço S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		27	26	Fornecedores	10	14.485	10.689
Títulos e Valores Mobiliários	6	13.529	10.281	Financiamentos	11	3.575	4.103
Concessionárias e permissionárias	7	1.868	1.642	Dividendos a pagar	15.d	1.314	1.166
Despesas antecipadas		22	23	Compensação ambiental	12	99	99
Imposto de renda retido na fonte		93	89	Impostos e contribuições a recolher	13	103	103
Outros ativos		<u>25</u>	<u>50</u>	Imposto de renda e contribuição social		253	255
		<u>15.564</u>	<u>12.111</u>	Outros passivos		<u>142</u>	<u>158</u>
						<u>19.971</u>	<u>16.574</u>
Não circulante				Não circulante			
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.555	1.610	Financiamentos	11	<u>13.005</u>	<u>16.482</u>
Imobilizado	8.1	60.254	62.982				
Intangível	8.2	<u>68</u>	<u>94</u>	Patrimônio líquido	15		
		<u>61.877</u>	<u>64.685</u>	Capital social		35.432	35.432
				Reserva legal		1.615	1.338
				Reserva de retenção de lucros		3.470	6.970
				Proposta para distribuição de dividendos adicionais		<u>3.947</u>	<u>-</u>
						<u>44.464</u>	<u>43.740</u>
Total do ativo		<u><u>77.441</u></u>	<u><u>76.796</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>77.441</u></u>	<u><u>76.796</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receitas líquidas	16	20.235	18.903
Custo sobre serviços prestados	17	<u>(12.241)</u>	<u>(11.278)</u>
Lucro bruto		<u>7.993</u>	<u>7.625</u>
Despesas Operacionais	18	<u>(876)</u>	<u>(671)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>7.117</u>	<u>6.955</u>
Receita Financeira		842	719
Despesas Financeira		<u>(1.521)</u>	<u>(1.855)</u>
Resultado financeiro	19	(679)	(1.135)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>6.438</u>	<u>5.820</u>
Imposto de renda e contribuição social	9	<u>(900)</u>	<u>(911)</u>
Lucro Líquido do exercício		<u>5.538</u>	<u>4.908</u>
Resultado por ação (básico e diluído)		0,324	0,287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	5.538	4.908
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>5.538</u></u>	<u><u>4.908</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros acumulados	Total
Em 01 de dezembro de 2018	35.432	1.093	6.973	-	-	43.498
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.908	4.908
Retenção de Lucros	-	245	3.497	-	(3.742)	-
Pagamentos dos dividendos	-	-	(3.500)	-	-	(3.500)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.166)	(1.166)
Em 31 de dezembro de 2018	35.432	1.338	6.970	-	-	43.740
Pagamentos dos dividendos	-	-	(3.500)	-	-	(3.500)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.538	5.538
Constituição de reservas	-	277	-	-	(277)	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	3.947	(3.947)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.314)	(1.314)
Em 31 de dezembro de 2019	35.432	1.615	3.470	3.947	-	44.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	5.538	4.908
Ajuste		
Depreciação e Amortização	2.944	2.620
Juros sobre financiamentos	1.451	1.817
	<u>9.933</u>	<u>9.345</u>
Variações nos ativos e passivos		
Concessionárias e permissionárias	(226)	2.576
Despesas antecipadas	1	3
Imposto de renda retido na fonte	(5)	(36)
Outros ativos	25	(12)
Fornecedores	3.796	3.279
Impostos e contribuições a recolher	814	(39)
Outros passivos	(16)	(17)
Juros pagos	(1.396)	(1.700)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(816)	(825)
	<u>12.110</u>	<u>12.573</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(188)	(346)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(15.550)	(16.296)
Resgate em títulos e valores mobiliários	12.353	12.818
	<u>(3.384)</u>	<u>(3.824)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(4.665)	(4.729)
Amortização de financiamentos	(4.060)	(4.034)
	<u>(8.725)</u>	<u>(8.764)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	-	(15)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>27</u>	<u>42</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>27</u>	<u>27</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Companhia" ou "PCH Rio do Braço") está situada na zona rural do município de Rio Claro, RJ, e é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída em 23 de agosto de 2007. A Companhia tem por objeto a implantação e exploração de pequenas centrais hidroelétricas e a geração e comercialização de energia elétrica por 30 anos.

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), através do despacho nº 292, de 1 de fevereiro de 2008, aprovou o Projeto Básico da PCH Braço já com a titularidade da empresa para a PCH Rio do Braço.

A Companhia foi autorizada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.748 de 6 de janeiro de 2009, a explorar a Pequena Central Hidroelétrica Braço, com 11.520 kW de potência instalada, localizada no rio do Braço, no Município de Rio Claro, no Estado do Rio de Janeiro.

Através do contrato nº 1155418 de 7 de dezembro de 2009 celebrado com a LightCom Comercializadora de Energia S.A anteriormente denominada Light ESCO - Prestação de Serviços Ltda. a Companhia formalizou a venda de toda a energia produzida no período 1º de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2025.

Foi assinado, em julho de 2010, contrato de financiamento mediante abertura de crédito entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na modalidade *Project Finance*, sendo este um passo importante para estruturação financeira do projeto.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), em consonância com a lei das S.A. e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 28/02/2020.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias de níveis 1,2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 4.4 de instrumentos financeiros.

2.4 Principais políticas contábeis

2.4.1 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e ativos financeiros da Companhia compreendem contas a receber (concessionárias e permissionárias) e caixa e equivalentes de caixa.

Despesas com juros são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas, canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2.5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão de Perda Esperada de Crédito de Liquidação Duvidosa “PECLD”. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.6 Imobilizado

a. Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, que inclui: terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais, totalizando o custo de construção da usina hidroelétrica.

b. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, baseado na vida útil estimado dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimados do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25-30 anos
Máquinas e Equipamentos	22-30 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

c. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.7 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.8 Financiamentos

Os financiamentos tomados foram reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

2.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.10 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente serão determinados mediante a aplicação do percentual das alíquotas de presunção de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta auferida no período de apuração, visto que a Companhia é optante pelo Lucro Presumido. Posteriormente são aplicados a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido sobre a base de presunção.

2.12 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (Light Esco Prestação de Serviços Ltda). A Companhia reconhece a receita quando realiza a prestação de serviço de geração de energia, e tem como parâmetro de contabilização o regime de competência.

2.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme divulgado na Nota Explicativa N°15.

2.14 Principais mudanças nas políticas contábeis

(i) *Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil - IFRS 16 Leases*

O CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil - IFRS 16 Leases introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia analisou os efeitos da adoção da nova norma e o impacto do IFRS 16 nos registros, e considerando os contratos e a operação realizadas no exercício de 2019, não identificou impacto na adoção.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstância.

a. Perda (*Impairment*) estimada de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo de impairment.

b. Provisões

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela assessoria jurídica externa com base em seus pareceres e nos julgamentos da Administração. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 14.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetuada

Uma série de novas normas serão efetivadas para o exercício iniciados após 1º de Janeiro de 2019. A Companhia não adotou as citadas normas, por considerar que não terão impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

- Alteração nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS
- Definição de negócio (alteração ao CPC/IFRS 3)
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 8)
- IFRS 17- Contratos de Seguro

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a LightCom Comercializadora de Energia S.A.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os vencimentos do financiamento, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

Vencimentos	BNDES
2021	3.525
2022	3.525
2023	3.525
2024 em diante	<u>2.430</u>
	<u><u>13.005</u></u>

c. *Risco de taxa de juros*

A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause em aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação da TJLP.

d. *Valorização dos instrumentos financeiros*

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão descritos a seguir:

(i) *Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores*

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) *Financiamentos e debêntures*

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos e debêntures são muito próximos dos valores contabilizados.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

5.2 *Gestão de capital*

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser assim sumariados:

	2019	2018
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	32.977	33.056
Total do patrimônio líquido	44.464	43.740
Índice de alavancagem financeira	0,74	0,76

5.3 Instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado

2019		
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de caixa	27	27
Títulos e valores mobiliários	15.084	15.084
	15.111	15.111
Passivos Financeiros		
Financiamentos	16.580	16.580
	16.580	16.580
2018		
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de caixa	26	26
Títulos e valores mobiliários	11.891	11.891
	11.917	11.917
Passivos Financeiros		
Financiamentos	20.585	20.585
	20.585	20.585

5.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

5.5 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração. São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II). A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

		2019			
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %		-	3,94%	5,94%	7,94%
	Caixa e Equivalentes de caixa	27	1	2	2
	Títulos e Valores Mobiliários	15.084	594	896	1.199
TJLP		-	3,57%	5,57%	7,57%
	Financiamentos	16.580	592	923	1.255
		2018			
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %		-	4,42%	6,42%	8,42%
	Caixa e Equivalentes de caixa	26	1	2	2
	Títulos e Valores Mobiliários	11.891	526	763	1.002
TJLP		-	4,98%	6,98%	8,98%
	Financiamentos	20.585	1.025	1.437	1.848

6 Títulos e Valores Mobiliários

Circulante	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações Financeiras (a)	<u>13.529</u>	<u>10.281</u>
	<u>13.529</u>	<u>10.281</u>
Não circulante	31/12/2019	31/12/2018
Fundos vinculados (b)	<u>1.555</u>	<u>1.610</u>
	<u>1.555</u>	<u>1.610</u>
	<u>15.084</u>	<u>11.891</u>

- (a) Refere-se a aplicação financeira mantidas com bancos de primeira linha, indexado pelo CDI e com liquidez imediata e está representado, por Certificados de Depósito Bancário - CDB, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- (b) Os fundos vinculados referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de empréstimo com o BNDES, com a finalidade de garantia real. O saldo mínimo deve ser equivalente a três meses do serviço da dívida somado de três meses dos custos do contrato de operação e manutenção.

7 Concessionárias e Permissionárias

Refere-se às contas a receber de energia gerada ao cliente LightCom Comercializadora de Energia S/A.

	2019	2018
Suprimento - LightCom Comercializadora de Energia S/A	1.444	1.381
Energia de Curto Prazo - Camara de Comercialização de Energia Elétrica	<u>424</u>	<u>261</u>
	<u>1.868</u>	<u>1.642</u>

A Companhia não possui perda esperada pois todo o saldo é liquidado em até 30 dias.

8 Imobilizado e Intangível

8.1 Imobilizado

<i>Em milhares de Reais</i>	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Maquinas e equipamentos	Moveis e utensilios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro 2018	<u>3.530</u>	<u>42.207</u>	<u>16.933</u>	<u>19.420</u>	<u>40</u>	-	<u>1.130</u>	<u>83.260</u>
Adições	-	-	-	9	1	-	289	299
Saldo em 31 de dezembro 2018	<u>3.530</u>	<u>42.207</u>	<u>16.933</u>	<u>19.429</u>	<u>41</u>	-	<u>1.419</u>	<u>83.559</u>
Adições	-	-	-	11	1	-	141	153
Transferência	-	387	132	471	104	112	(1.207)	-
Saldo em 31 de dezembro 2019	<u>3.530</u>	<u>42.594</u>	<u>17.065</u>	<u>19.911</u>	<u>146</u>	<u>112</u>	<u>353</u>	<u>83.712</u>
<i>Depreciação acumulada</i>								
<i>Em milhares de Reais</i>	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Maquinas e equipamentos	Moveis e utensilios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro 2018	-	<u>9.613</u>	<u>3.860</u>	<u>4.424</u>	<u>12</u>	-	-	<u>17.909</u>
Depreciação	-	1.408	565	647	1	-	-	2.621
Saldo em 31 de dezembro 2018	-	<u>11.021</u>	<u>4.425</u>	<u>5.071</u>	<u>13</u>	-	-	<u>20.529</u>
Depreciação	-	1.501	576	705	42	107	-	2.930
Saldo em 31 de dezembro 2019	-	<u>12.522</u>	<u>5.001</u>	<u>5.776</u>	<u>55</u>	<u>107</u>	-	<u>23.458</u>
Valor contábil líquido								
Em 31 de dezembro de 2018	<u>3.530</u>	<u>31.186</u>	<u>12.508</u>	<u>14.358</u>	<u>28</u>	-	<u>1.419</u>	<u>63.029</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>3.530</u>	<u>30.072</u>	<u>12.064</u>	<u>14.135</u>	<u>91</u>	<u>6</u>	<u>353</u>	<u>60.251</u>

8.2 Intangível

<i>Em milhares de Reais</i>	Software	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro 2018	-	-	-
Adições	-	47	47
Saldo em 31 de dezembro 2018	-	47	47
Adições	-	36	36
Transferencia	72	(72)	-
Saldo em 31 de dezembro 2019	72	11	82
 <i>Amortização acumulada</i>			
<i>Em milhares de Reais</i>	Software	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro 2018	-	-	-
Amortização	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2018	-	-	-
Amortização	14	-	14
Saldo em 31 de dezembro 2019	14	-	13
Valor contábil líquido	-	47	47
Em 31 de dezembro de 2018	-	47	47
Em 31 de dezembro de 2019	57	11	68

A Resolução Autorizativa nº 1.748, de 6 de janeiro de 2009, que autoriza a Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da PCH Rio do Braço, localizada no Município de Rio Claro, Estado do Rio de Janeiro, está regida sob as condições estabelecidas nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996.

Essa Resolução menciona, em seu artigo 10, a previsão de que ao final do prazo da autorização, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

O Decreto 2003/96 da ANEEL, em relação as indenizações a que referem-se as resoluções autorizativas, consideram no seu artigo 20 § 1º:

Art. 20. No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.

§ 1º Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

Face ao exposto acima, a Companhia, em 2013, ajustou sua estimativa do valor de depreciação dos bens do ativo imobilizado limitando ao seu prazo da autorização (anteriormente realizada pelas taxas da ANEEL publicadas na Instrução Normativa 496/2012).

9 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia vem adotando o regime de tributação lucro presumido desde o exercício de 2011.

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de geração auferida no exercício	20.718	20.718	22.406	22.406
	<u>20.718</u>	<u>20.718</u>	<u>22.406</u>	<u>22.406</u>
Percentual de Presunção do imposto de renda (8%) e da contribuição social (12 %)	8%	12%	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	1.657	2.486	1.792	2.689
Rendimento de Aplicação Financeira	842	842	719	719
Base para calculo do imposto de renda e contribuição social	2.499	3.328	2.512	3.408
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	600	300	604	307
Alíquota Efetiva do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>10%</u>	<u>5%</u>	<u>10%</u>	<u>5%</u>

10 Contas a Pagar

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para liquidação de energia de CP	14.070	10.463
Outros	415	226
	<u>14.485</u>	<u>10.689</u>

11 Financiamentos

Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a.	2019	2018
Tranche A	TJLP 6% + 2,05%	15.262	17.899
Tranche B	TJLP 4,5%	739	2.007
Tranche C	TJLP 6% + 2,05%	579	679
		16.580	20.585
Financiamento BNDES - principal e juros			
Passivo circulante		3.575	4.103
Não circulante		13.005	16.482

O montante registrado no longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimentos	2019		2018	
	BNDES	Vencimentos	BNDES	Vencimentos
2021	3.525	2020	4.044	
2022	3.525	2021	4.044	
2023	3.525	2022	4.044	
2024 em diante	2.430	2023	4.044	
	-	2024 em diante	310	
	13.005		16.486	

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

Empréstimo	31/12/2017	Aquisição		Amortização		31/12/2018
		Principal	Juros	Principal	Juros	
BNDES	24.502	-	1.817	4.034	1.700	20.585
Total:	24.502	-	1.817	4.034	1.700	20.585
Empréstimo	31/12/2018	Aquisição		Amortização		31/12/2019
		Principal	Juros	Principal	Juros	
BNDES	20.585	-	1.451	4.060	1.396	16.580
Total:	20.585	-	1.451	4.060	1.396	16.580

a. Garantias concedidas

- Penhor de direitos emergentes da Concessão.
- Penhor de Ações.
- Penhor de Direitos Creditórios.

b. Covenants financeiros

Devido a esse financiamento, a Companhia fica obrigada a cumprir os seguintes índices:

- O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20
- O índice de capitalização própria de no mínimo 25% do investimento total do projeto

Todas as cláusulas restritivas requeridas pelo BNDES estão sendo atendidas.

12 Compensação ambiental

	31/12/2019	31/12/2018
Medidas compensatórias	<u>99</u>	<u>99</u>

Por se tratar de Companhia que possui licenciamento ambiental para realização do empreendimento, a Companhia contribui para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, conforme estabelecido no termo nº 36/2006. Desta forma, a Companhia procedeu à provisão do valor mencionado no termo/contrato e parte foi realizada nos exercícios anteriores.

13 Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/2019	31/12/2018
Pis sobre Faturamento	14	12
Cofins sobre Faturamento	65	57
Outros	<u>24</u>	<u>34</u>
	103	103

14 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

A Companhia não possui contingências em 31 de dezembro de 2019 e 2018 com risco de perda provável, de acordo com seus advogados externos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía as seguintes causas possíveis:

- (a) A Companhia é parte de um Inquérito Civil Público, em andamento no Ministério Público Federal - Núcleo de Volta Redonda/RJ, onde foi apresentada em 2002, uma representação pela Associação dos Moradores do Vale do Rio do Braço / Santana alegando que a construção da PCH Rio do Braço causaria diversos danos ao meio ambiente.

A Companhia obteve junto ao IBAMA, todas as licenças ambientais necessárias a implantação do empreendimento e esclarece que cumpriu e vem cumprindo com todas as suas obrigações perante este órgão.

Os consultores jurídicos da empresa entendem a perda dessa demanda como possível e sem valor de causa, portanto em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foram registrados quaisquer valores de provisão nas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa ação.

- (b) A Companhia é parte de um Processo Administrativo / Notificação por parte da SPU - Secretaria de Patrimônio da União, onde é alegado que as margens do Rio do Braço seriam de propriedade da União, e que portanto é devida a União uma remuneração pelo uso dessas áreas.

A Companhia entende que a aplicação desse conceito só é válida para rios navegáveis, o que certamente o Rio do Braço não é. Foi apresentada defesa tempestiva e posteriormente foram enviados esclarecimentos adicionais sobre o tema.

Os consultores jurídicos da empresa entendem a perda dessa demanda como possível e sem valor de causa, portanto em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foram registrados quaisquer valores de provisão nas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa ação.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 35.432, representado por 17.096.592 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

O capital foi integralizado em sua totalidade pelo Fundo de Investimento em Participações Brasil e Energia (FIPBE).

b. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei incluindo a dedução de prejuízos acumulados, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores, a fim de cumprir as determinações dos *covenants* do financiamento junto ao BNDES e atender às limitações do orçamento de caixa da Companhia a ser aprovada em conselho da administração.

Por meio de distribuição de dividendos, foi aprovado pela 48ª RCA de 09 de dezembro de 2019 o pagamento referentes a reserva de retenção de lucros do exercício social de 2018. Os mesmos foram pagos ao Fundo de Investimento em Participações Brasil e Energia em 23 de dezembro de 2019, no montante R\$ 3.500.

d. Dividendos propostos

Os dividendos propostos referentes aos dividendos mínimos calculados sobre o lucro líquido do exercício de 2018, no montante de R\$ 1.166, foram pagos ao Fundo de Investimento em Participações Brasil e Energia em 28 de junho de 2019.

Já no exercício de 2019, foram constituídos dividendos mínimos de R\$ 1.314.

e. Proposta de distribuição de dividendos adicionais

Os dividendos adicionais propostos são as parcelas que excedem ao dividendo mínimo obrigatório calculado.

No exercício de 2019, foram constituídos proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 3.947.

16 Receita líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecimento de energia	16.819	16.152
Outras receitas (a)	4.196	3.623
Imposto sobre serviços	<u>(780)</u>	<u>(872)</u>
	<u>20.235</u>	<u>18.903</u>

- (a) Receitas oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, originadas pelo saldo positivo do balanço energético da Companhia, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Camara de Comercialização de Energia Elétrica.

17 Custo sobre os serviços prestados

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(585)	(634)
Material	(121)	(119)
Serviços de terceiros	(1.352)	(1.611)
Depreciação	(2.927)	(2.620)
Aluguéis	(19)	(56)
Seguros	(107)	(113)
Impostos e taxas	(14)	(15)
Compra de energia elétrica	<u>(7.116)</u>	<u>(6.110)</u>
	<u>(12.241)</u>	<u>(11.278)</u>

18 Despesas Operacionais

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(324)	(245)
Material	(30)	(51)
Serviços de terceiros	(483)	(361)
Depreciação	(17)	-
Aluguéis	(21)	(1)
Impostos e taxas	<u>(2)</u>	<u>(12)</u>
	<u>(876)</u>	<u>(671)</u>

19 Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas financeiras		
Juros BNDES	(1.451)	(1.817)
Tarifas bancárias	(68)	(37)
Outras	(2)	(1)
	<u>(1.521)</u>	<u>(1.855)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	<u>842</u>	<u>720</u>
	<u>842</u>	<u>720</u>
	<u>(679)</u>	<u>(1.135)</u>

20 Seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 69 milhões para danos materiais, R\$ 10 milhões para responsabilidade civil e R\$ 200 mil para o seguro dos veículos.

Risco	Vigência	Importância segurada
Seguro de veículo	21/11/2019 a 21/11/2020	200
Risco de Engenharia	14/03/2019 a 14/03/2020	69.160
Responsabilidade Civil	14/03/2019 a 14/03/2020	10.000

* * *

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Gliciera dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC 116761/O-0